



Tear Online é licenciada sob uma Licença Creative Commons.

MODELOS LITÚRGICOS PARA O CULTO DOMÉSTICO PARA TEMPOS DE PANDEMIA, CONFORME PADRÕES CONFSSIONAIS PRESBITERIANOS

Liturgical Models to Family Worship for Pandemic times according Presbyterian Confessional Standards

*Gladson Cunha¹
Gladston Cunha²*

Resumo:

A pandemia de COVID-19 tem levado a igreja a repensar e reorientar a sua dinâmica. Assim, o presbiterianismo, conforme vivenciado na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), não precisou se reinventar, mas de reavivar uma dinâmica sistematicamente ensinada e suportada por sua tradição teológica e pastoral, uma vez que reconhece três modos de culto: o culto público, o culto particular e o culto doméstico. Esses dois últimos se configuram no objeto deste ensaio, bem como das propostas litúrgicas aqui apresentadas.

Palavras-chaves: Culto. Modelos Litúrgicos. Presbiterianismo. COVID-19

Abstract:

The COVID-19 Pandemic has led the church to rethink and reorient its dynamics. Thus, Presbyterianism, as experienced in the Presbyterian Church of Brazil (IPB), did not need to reinvent itself, but to revive a dynamic systematically taught and supported by its theological and pastoral tradition, since it recognizes three modes of worship: public worship, private worship and domestic worship. configure in the object of this essay, as well as of the liturgical models presented here.

Keywords: Worship. Liturgical Models. Presbyterianism. COVID-19.

Considerações iniciais

A Pandemia de COVID-19 representou e tem representado um marco para a revisão crítica da Igreja e do seu papel no mundo e no exercício da missão. De fato, essa pandemia demonstrou, por várias razões, a adaptabilidade da Igreja diante de novas realidades e condições de propagação da mensagem cristã. Desde a massificação de transmissões on-line de cultos, salas de ensino bíblico e até a celebração virtual dos sacramentos pode ser observado³.

¹ Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor da graduação em teologia da Escola de Ensino Superior Fabra – Serra/ES. Pastor Presbiteriano.

² Doutor em Ministério pelo Reformed Theological Seminary (EUA/CPAJ (Brasil)). Mestre em Teologia Pastoral pelo CPAJ-Mackenzie. Pastor Presbiteriano.

³ Exemplos dessa virtualização dos sacramentos poder ser visto em: AMADO, Guilherme. Pastor Defensor Do Isolamento Faz Batismos Online. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/pastor-defensor-do-isolamento-faz-batismos-online-24355902>>. Acesso em 23 de abril de 2020. Como fazer a Santa Ceia em casa? Disponível em: <https://www.bibliaon.com/como_fazer_santa_ceia_em_casa/>. Acesso em 23 de abril de 2020.

A despeito das possibilidades advindas das tecnologias da informação e comunicação, a tradição presbiteriana possui elementos suficientes para suprir a necessidade da experiência religiosa dos seus membros, uma vez que o culto a Deus não está restrito a tempo, lugar ou ministros. No entanto, esses elementos não se encontram organizados, por exemplo, numa espécie de liturgia para determinados momentos de exercícios devocionais. A influência puritana sob a Assembleia de Westminster fez com que surgisse certa idiosincrasia em relação a ritos prescritos, como os que ainda existem no Livro de Oração Comum⁴.

Os Princípios de Liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil (PL-IPB) são rubricas que orientam de maneira geral o modo como se deve celebrar o culto divino e celebrar os sacramentos, além de indicar ao celebrante alguns princípios para alguns outros momentos como casamento, sepultamento, ordenação e dias de observância. Porém, não necessariamente se estabelece um rito. Desta forma, o PL-IPB indica e reconhece três modos de culto: o culto público, o culto particular e o culto doméstico. Esses dois últimos se configuram no objeto deste ensaio.

Este texto, portanto, surgiu da preocupação pastoral de orientar os membros de uma comunidade presbiteriana na forma como realizar o culto particular e/ou doméstico durante o tempo da Pandemia de COVID-19, em 2020. Antes de apresentarmos os modelos, faremos algumas considerações de caráter teológico, visando o esclarecimento das razões teológicas que subjazem a percepção presbiteriana do culto divino. Posteriormente, serão apresentados os modelos de liturgia proposto aos membros das comunidades por nós pastoreadas.

Questões teológicas

Antes de considerar o elemento prático, que é o objetivo deste trabalho, é interessante observar as questões teológicas subjacentes ao culto cristãos, a partir da percepção teológica presbiteriana. É fato que a adoração cristã é essencialmente fruto do encontro entre Deus e o seu povo, as “formas litúrgicas de que se reveste são fruto da fé e da obediência” e não de uma determinação elaboradas por especialistas⁵. Contudo, o estudo teológico do culto e da liturgia oferece meios para examinar e avaliar a sua forma em meio ao seu desenvolvimento histórico⁶.

No caso presbiteriano, essa teologia do culto tem como fundamento a Escritura mais que a história das liturgias. Mesmo que se verifique continuidades e descontinuidades nesta última, o padrão bíblico do culto é percebido pelo princípio que o norteia, por aqueles que o celebram e pelas formas que o culto pode ser devidamente celebrado. Estes são os elementos teológicos que procuraremos brevemente discutir neste trabalho.

O Princípio Regulador do Culto

O Princípio Regulador do Culto não é uma formulação litúrgica. Ele uma compreensão acerca do culto divino, considerando de maneira prática, as implicações do primeiro e do segundo mandamento (Êx 20.3-6). O Catecismo Maior de Westminster assevera sobre o tema:

⁴ Para A.B. Bruce afirma que os puritanos entendiam que nenhuma oração deveria ser prescrita ou ensinada, inclusive o Pai-Nosso. Cf. BRUCE, A.B. O treinamento dos Doze. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p.84. Antonio Gouveia Mendonça afirma que Ashbel Green Simonton teria utilizado o Livro de Oração Comum nos primeiros cultos entre marinheiros anglicanos no Brasil e utilizado do mesmo para referenciar as liturgias de cultos presbiterianos. Cf. MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES, Prócoro. Introdução ao Protestantismo no Brasil, 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002, p.194. HAHN, Carl Joseph. História do Culto Protestante no Brasil, 2.ed. São Paulo: ASTE, 2011,

⁵ BECKMANN, J. *apud* VON ALLMEN, J.J. O Culto Cristão, 2.ed. São Paulo: ASTE, 2006, p.13.

⁶ *Ibid.*, p.13.

Os pecados proibidos no segundo mandamento são: o estabelecer, aconselhar, mandar, usar e aprovar de qualquer maneira qualquer culto religioso não instituído por Deus mesmo; o fazer qualquer representação de Deus; de todas ou de qualquer das três Pessoas, quer interiormente em nosso espírito, quer exteriormente em qualquer forma de imagem ou semelhança de alguma criatura, toda adoração dela, ou de Deus nela ou por meio dela, o fazer qualquer representação de deuses imaginários e todo culto ou serviço a eles pertencentes; todas as invenções supersticiosas, corrompendo o culto de Deus, acrescentando ou tirando desse culto, quer sejam inventadas e adotadas por nós, quer recebidas por tradição de outros, embora sob o título de antiguidade, de costume, de devoção, de boa intenção, ou por qualquer outro pretexto, a simonia, o sacrilégio, toda negligência, desprezo, impedimento e oposição ao culto e ordenanças que Deus instituiu.⁷

Daí se conclui que, algo que não seja diretamente ensinado e exigido pelas Escrituras, ou que não possa ser claramente inferido dela, não deve fazer parte do culto. Isso posto, vale ressaltar que a Assembleia de Westminster reprovava “o confinamento dos ministros a um conjunto fixo de fórmulas”⁸.

A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo – são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso⁹

Como tradição presbiteriana reconhece que o culto a Deus não depende de um determinado espaço sagrado para a celebração do culto divino, como descreve o Diretório de Culto de Westminster, ao dizer que “nenhum local é capaz de alguma santidade, sobre pretexto de seja qual for a dedicação ou consagração, também ele não acho jeito a tais poluições por qualquer superstição”¹⁰, ou ainda requeira qualquer tipo de ministro ordenado para que ele seja devidamente celebrado. Desta forma, tanto o culto doméstico como o culto público têm a mesma efetividade celebrativa e dão conta da expressão de adoração a Deus, elemento presente em qualquer religião.

Mais do que uma verificação confessional, o dado bíblico que orienta esse modo de pensar é a narrativa joanina do encontro de Jesus e a mulher samaritana: “*Mas vem a hora e já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque são estes que o Pai procura para seus adoradores. Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e em verdade*” (Jo 4,23-24).

O Sacerdócio real de todos os crentes

Embora toda a tradição reformada e presbiteriana entenda a necessidade da existência de ministros ordenados – pastores, presbíteros e diáconos – é preciso ter em mente que nenhum desses ofícios possui uma característica sacerdotal. O teólogo presbiteriano Charles Hodge, explica que “a ordenação é a pública e solene expressão do julgamento da igreja, de que o candidato é um vocacionado por Deus para o ministério da reconciliação, que atesta e autoriza o exercício de suas funções”.¹¹ É a igreja que reconhece a vocação, os dons e a disposição apropriada para o exercício

⁷ Catecismo Maior de Westminster. São Paulo. Cultura Cristã. 1997. Pergunta 109. Cf. Confissão de Fé de Westminster. São Paulo. Cultura Cristã. 1997. XXI.I

⁸ BAIRD, C. W. A Liturgia Reformada: Ensaio Histórico. Santa Bárbara d’Oeste: SOCEP, 2001, p.12.

⁹ CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, 17.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p. 173-174.

¹⁰ Cf. DIRETÓRIO DE CULTO DE WESTMINSTER. São Paulo: Os Puritanos, 2016, pos. 808 (Kindle Edition).

¹¹ HODGE, Charles. The church and its polity. London: Thomas Nelson, 1879. p.361. Sobre o tema da ordenação, ver também: ODEN, Thomas. Pastoral Theology – Essentials of ministry. New York: Harper: San Francisco. 1983. p.27; CALVINO, João. As Institutas ou Tratado da Religião Cristã. vol.4. São Paulo: Cultura Cristã. 4.3.16; 4.4.14-15; 4.5.5.

de cada ofício (At 6.1-7; Tt 1.5 cf. 2 Tm 1.6), autorizando o candidato a oficial a realizar suas tarefas ministeriais no contexto da comunidade.

Ainda que os Padrões de Westminster não versem propriamente sobre o sacerdócio universal, é possível deduzi-lo. Partindo de Martin Lutero e de João Calvino, percebe-se a ênfase que a participação do crente no triplo ofício de Cristo é a chave para compreender o sacerdócio universal ou real dos crentes nos Símbolos de Westminster¹². Falando sobre o múnus real e sacerdotal que Jesus compartilha com a sua Igreja, base do entendimento luterano acerca do “sacerdócio universal”, Lutero afirmou:

E não somos apenas os mais livres reis, mas também sacerdotes em eternidade, o que é bem mais excelente do que ser rei, porque por meio do sacerdócio somos dignos de comparecer perante Deus, orar por outros e ensinarmos mutuamente sobre as coisas de Deus. Pois estes são ofícios dos sacerdotes, que de forma alguma podem ser conferidos a algum descrente. Assim Cristo no-lo conseguiu, se nele cremos, para que, como co-irmãos, co-herdeiros e co-reis, também sejamos seus co-sacerdotes, ousando aparecer perante Deus em confiança e pelo espírito da fé, e clamar “Aba, Pai”, orar um pelo outro e fazer tudo o que vemos o ofício visível e corporal dos sacerdotes fazer e figurar¹³.

Seguindo Lutero, o reformador João Calvino, o sacerdócio universal ou real de todos os crentes está relacionado a *união mística* que Jesus Cristo mantém com cada um daqueles que nele creem. Assim, diz Calvino,

em função deste ofício, que consiste em oferecer sacrifício, todos nós, cristãos, somos chamados sacerdócio real, porque por Jesus Cristo oferecemos sacrifício de louvor a Deus, quer dizer, o fruto de lábios que confessam o Seu nome, como nos disse o apóstolo. Porquanto com os nossos dons e presentes não poderíamos comparecer à presença de Deus sem um intercessor. E Jesus Cristo é o Mediador que intercede por nós e pelo qual nos oferecemos ao Pai, com tudo o que é nosso. Ele é o nosso sumo sacerdote¹⁴.

Também, pode ser inferido da Confissão de Fé de Westminster, que subtende o “sacerdócio universal”, quando afirma que o culto “nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo”.¹⁵ Comentado este tópico da Confissão, o teólogo presbiteriano Archibald A. Hodge, argumenta:

Porque somos ‘completos’ em Cristo; e somos exortados a ir imediatamente a Deus através de Cristo, e a ir com a máxima ousadia e senso de liberdade. Cl 2.10; Ef 2.18; 3.12; Hb 4.15,16; 10.19-22. A própria sugestão de suplementar a obra de Cristo com a de outros mediadores lhe é infinitamente depreciativo¹⁶.

Noutro lugar, o mesmo Archibald A. Hodge afirma que a participação do crente em Cristo, pela *unio mystica*, é o faz do cristão participante de certas prerrogativas próprias do Ressuscitado¹⁷.

Como Mediador, Jesus é o *Cristo*, o Ungido, e o crente é o *cristão* ou o que recebe a unção (At 11,26; 1Jo 2,20). Seu ofício mediatório abrange três funções principais, (1) A do profeta e, em comunhão com ele, o crente é um profeta (Jo 16,13; 1Jo 2,27) (2) A do sacerdote e, em comunhão com ele, o crente é um sacerdote (Is 61,6; 1Pe 2,5; Ap 20,6). (3) A do rei e, em comunhão com ele, o crente é um rei (1Pe 2,9; Ap 3,21; 5,10)¹⁸.

¹² CFW, VII.I; CMW, Q-R 42,44.

¹³ LUTERO, Martin. Da Liberdade Cristã. In: LUTERO, Martin. Obras Seleccionadas, vol.2. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal e Concordia, 1998, p.445.

¹⁴ CALVINO, João. Institutas da Religião Cristã: edição de estudo. v. 4. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p.49. Ver também: CALVIN, John. Commentary on the First Epistle of Peter. Albany: AGES Software, 1998, p.163.

¹⁵ CFW, XXI, II.

¹⁶ HODGE, Archibald A. A Confissão de Fé de Westminster Comentada. 2ed. São Paulo: Os Puritanos, 1999. p.372,373. Cf. DIXHOORN, Chad Van. Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. p.288-292.

¹⁷ HODGE, Archibald A. Outlines of Theology. New York: Robert Carter & Brothers, 1863, p.372.

¹⁸ Ibid., p.372.

Isto posto, é possível dizer, que os Padrões de Westminster, adotados como símbolos de fé pela IPB, suporta a doutrina do sacerdócio universal de todo o crente, seguindo o princípio bíblico, que é explicitamente observado nas Escrituras (1Pe 2, 9-19). O que implica no reconhecimento que cada Cristão pode ministrar individual e coletivamente a adoração divina. O que é o mesmo que dizer que o culto quer seja particular, doméstico ou comunitário terá diante de Deus o mesmo valor. O que torna necessário sua celebração por parte dos crentes em momentos de afastamento social tal como observado durante a Pandemia de COVID-19.

Culto Individual, Doméstico e Público: Compreensões presbiterianas da forma para o culto divino

A Igreja Presbiteriana do Brasil reconhece que existem três formas de culto: o culto individual, o culto doméstico e o culto público¹⁹. O culto individual é a entrada do crente “em íntima comunhão pessoal com Deus” (Art.9 PL-IPB). Trata-se de toda e qualquer forma de piedade individual a que o crente, em sua individualidade, expressa sua devoção a Deus, entre as quais estão inclusos todos os elementos constantes do Princípio Regulador do Culto, exceto pela ministração dos sacramentos.

No mesmo sentido, “Culto doméstico é o ato pelo qual os membros de uma família crente se reúnem diariamente, em hora apropriada, para leitura da Palavra de Deus, meditação, oração e cântico de louvor” (Art.10 PL-IPB). Trata-se, como o próprio nome sugere, de uma piedade familiar, algo que dentro da perspectiva aliancista própria da teologia presbiteriana, corresponde a uma continuidade das práticas cúlticas desde o Antigo Testamento, como considerou Joel Beeke:

Deus relaciona-se com a raça humana por intermédio de Alianças e de lideranças, ou representações. Na vida diária os pais representam os filhos, o pai representa a esposa e os filhos, os oficiais eclesiásticos representam os membros da igreja e os legisladores representam os cidadãos. Na vida espiritual toda pessoa ou é representada pelo primeiro Adão, ou pelo último (veja Rm 5 e 1Co 15). Esse princípio de representatividade permeia toda a Escritura. Lemos, por exemplo, da semente piedosa de Sete, de Noé e de Jó que ofereceram sacrifícios em favor de seus filhos (Gn 8.20-21; Jó 1.5). Deus organizou a raça humana em famílias e tribos, e trata com elas através da liderança do pai. Como disse Deus a Abraão: “em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.3). [...] O papel de liderança do pai na adoração continuou ao longo de toda a monarquia em Israel e nos dias dos profetas do Velho Testamento. Zacarias, por exemplo, predisse que quando o Espírito Santo fosse derramado numa era futura, o povo haveria de experimentar como o Espírito da graça e de súplica, levando-os, família por família individualmente, a profunda e amarga lamentação. As famílias particulares são chamadas conforme os nomes de seus cabeças e pais, a casa de Davi, de Levi e de Simei (Zc 12.10-14). A relação entre culto e vida familiar continuou nos dias do Novo Testamento. Pedro reafirmou a promessa feita a Abraão, o pai da fé (Rm 4.11), quando declarou aos judeus no sermão de Pentecostes que “*para vós outros é a promessa, para vossos filhos e para todos os que ainda estão longe*” (At 2.39)²⁰.

Por fim, o culto público é compreendido pela IPB da seguinte maneira, conforme Art.7 do PL-IPB:

O culto público é um ato religioso, através do qual o povo de Deus adora o Senhor, entrando em comunhão com ele, fazendo-lhe confissão de pecados e buscando, pela mediação de Jesus Cristo, o perdão, a santificação da vida e o crescimento espiritual. É ocasião oportuna para proclamação da mensagem redentora do Evangelho de Cristo e para doutrinação e conagração dos crentes.

¹⁹ IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. Princípios de Liturgia. In: Manual Presbiteriano com notas remissivas. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, pp.124-125

²⁰ BEEKE, Joel R. Family Worship. Grand Rapids: Reformation Heritage Books, 2002, pp.5-6. Disponível em: <<http://www.ntslibrary.com/PDF%20Books/FamilyWorship.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

De maneira geral, observa-se que o culto público segue as mesmas disposições do culto individual ou doméstico, isto é, a adoração a Deus. De fato, todo o culto é dirigido à Deus, porém, o culto público possui dos elementos que os distingue das demais formas. Primeiro, é o elemento coletivo, isto é, a reunião do povo de Deus, composto de diversidade e pluralidade de pessoas, que a despeito de suas características pessoais, comungam de uma mesma ideia de fé e, por conseguinte, fazem uma experiência comum de expressar essa fé em termos celebrativos. De acordo com o teólogo de tradição reformada J.J. Von Allmen, “a Igreja é o povo Reunido por iniciativa de Deus para encontrar-se com o seu Senhor, [...] para adquirir identidade própria, para confessar-se povo peculiar”²¹.

Para Von Allmen, essa ideia é a relação presente em toda a Escritura Sagrada, que por meio do termo hebraico *qahal*, cuja forma grega é *ekklesia*, aponta para um povo libertado da opressão e confirmado pelo próprio Deus bíblico como seu povo particular (cf. Ex 19,5-6; Dt4,10; 1Pe 2,9-10)²². No ajuntamento do seu povo Deus se faz conhecido na história humana.

Ainda numa perspectiva antropológica, o culto público evidencia o “*congraçamento dos crentes*” (Art.7 do PL-IPB). Congraçamento tem a ver com a construção de harmonia ou entrosamento, o que implica a construção de uma identidade social comum. Os membros de uma comunidade cristã passam a reconhecer-se não como meros indivíduos isolados e autônomos, mas como participantes de um organismo vivo e dinâmico (cf. Rm 12,5; 1Co 12,12-14). Para Russel Shedd, é possível considerar o elemento *koinonático*, termo cunhado por A. Neely, professor do Wake Forest Seminary, como parte do culto, uma vez que “como o corpo humano necessita dar e receber a contribuição de suas diversas partes constituintes, assim muitas igrejas estão recuperando a ênfase primitiva apresentada no Novo Testamento sobre a mutualidade”²³.

Calvino, interpretando o Salmo 133,3, diz que “Davi sugere que a vida do homem seria sem vida, inútil e miserável, a menos que sustentada pela harmonia irmãos”²⁴. O que tornaria sempre precedentes a necessidade da participação comunitária na adoração a Deus, a fim de fazerem a experiência do Reino de Deus em suas vidas²⁵. A vida comunitária dos cristãos na experiência do culto é o momento em que Deus, como testemunha desse momento, expressa sua satisfação com os seus filhos, abençoando-os, diz Calvino²⁶.

A tradição cristã construiu uma rica reflexão teológica sobre a ideia desse perfume da comunhão, de acordo com o teólogo católico Luis Schökel, apontando para a eternidade, dando à comunhão cristã um caráter escatológico²⁷. Tanto isso faz sentido que os sacramentos são celebrados, dentro da tradição presbiteriana, apenas no contexto do culto público, excluído a assistência extraordinária de enfermos e idosos. Por essas e outras razões, que não vem ao caso, é possível dizer que o culto público tem o seu valor indispensável para edificação cristã.

Contudo, e considerando ainda que não é óbvio que a pessoa cristã viva entre cristãos²⁸ – algo claramente observado neste tempo de pandemia – as necessidades espirituais e de devoção cristã, em contexto presbiteriano, são devidamente supridos pelo culto individual ou doméstico, sendo transmissões televisivas ou por mídias digitais apenas auxiliadoras para a piedade e não a piedade em si.

²¹ VON ALLMEN, 2006, p.42.

²² *Ibid.*, p.41.

²³ SHEDD, Russel. Adoração Bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2001, p.10.

²⁴ CALVIN, John. Commentary on the Psalms, vol.2. Albany: AGES Software, 1998, p.717.

²⁵ *Ibid.*, p.717.

²⁶ *Ibid.*, p.718.

²⁷ Cf. SCHOKEL, Luis Alonso; CARNITI, Cecília. Salmo II. São Paulo: Paulus, 1998,p.1537.

²⁸ Cf. BOHOEFFER, Dietrich. Vida em Comunhão, 4.ed. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p.9.

Modelos litúrgicos para o culto individual e doméstico

Antes de qualquer coisa, é preciso que fique claro que é próprio do culto presbiteriano ser conduzido por rubricas muito simples. Assim, não será apresentado uma liturgia propriamente dita, entretanto, será apresentado algumas indicações de ação. Tal princípio está diretamente associado aos matizes reformados que influenciaram a construção da adoração presbiteriana, especialmente Calvino e Knox, além da influência puritana²⁹.

Culto Individual

O culto individual é oferecido a Deus de maneira particular por aqueles que não tenham condições de estar junto com outros cristãos. No caso do isolamento social, há aqueles que tiveram que permanecer sozinhos pelo simples fato de viverem sós. O culto individual nada mais é que a devoção particular de cada pessoa como expressão de sua fé e confiança em Deus. O modelo a seguir contempla e auxilia indivíduos a organizarem sua devoção.

- A. Oração Inicial: Reconhecendo a dependência humana de Deus e sua providência na vida. Invoca-se a presença do Deus trino para esse momento de culto.
- B. Hino/Salmo: Dependendo da pessoa, ela pode cantar um hino³⁰ de sua preferência ou um cântico³¹. Se não for uma opção cantar, seja por gosto ou falta de habilidade musical, recomenda-se a leitura de um Salmo.
- C. Leitura Bíblica: O texto bíblico pode ser escolhido pelo próprio cultuante. As opções de escolha pode ser:
 - a. Leitura sequencial da Bíblia;
 - b. Leitura de texto sugerido por devocionário;
 - c. Leitura de texto sugerido por lição da Escola Dominical, geralmente oferecido aos membros em formato de revista;
- D. Meditação: Sugere-se o uso de algumas perguntas bem simples para roteirizar esse momento:
 - a. *O que o texto está dizendo?* Buscando compreender as palavras do texto.
 - b. *O que este texto me ensina?* Por essa pergunta, intenta-se encontrar a mensagem que é possível apreender da porção lida.
 - c. *Como posso aplicar essa mensagem a minha vida?* Essa última pergunta deve levar o crente a transformar o lido em algo factível na sua vida cotidiana.
- E. Oração Final: Nesta oração, o orante deve colocar diante de Deus (cf. 1Tm 2,1):
 - a. As súplicas: Por súplicas, deve-se entender todas as necessidades pessoas que envolvam a saúde, o bem-estar, o trabalho, a demandas familiares, os estudos e tudo mais que orante tem necessidade;
 - b. As intercessões: Nesse segundo momento, o orante deve interceder pelos seus amigos, família e Igreja. A intercessão pelos outros é uma forma que os cristãos

²⁹ CALVIN, John. *Necessity of reforming the Church*. Albany. AGES Software v.1.0. 1998. 196-198. BOND, Douglas. *A poderosa fraqueza de John Knox*. São José dos Campos. 2011. [Kindle – posição 431]. ANGLADA, Paulo. *O princípio regulador no culto*. São Paulo. Os Puritanos. 1977. p.9,10.

³⁰ O Hinário Novo Cântico oferece mais de 400 hinos. Porém a oferta de hinários no meio evangélico é bem diversificada, podendo o crente optar pelo uso de outros hinários.

³¹ Chama-se cânticos hinos cristãos mais atuais, que utilização andamentos e ritmos mais modernos em relação aos hinos, que em sua grande maioria, no Hinário Novo Cântico, são do século XIX e anteriores.

têm de auxiliarem – ainda mais num tempo de reclusão e isolamento social – uns aos outros (Tg 5,16).

- c. As ações de Graça: A gratidão a Deus faz parte da piedade cristã. Agradeça pelas bênçãos alcançadas, pela providência divina, pela vida, a alegria e a graça de Deus.

Culto Doméstico ou Familiar

O culto doméstico segue a mesma dinâmica litúrgica do culto individual. O que muda é a participação dos outros membros da família. Neste caso, o formato da família influenciará sobre o desenvolvimento da liturgia doméstica, porque toda a família deve estar envolvida nessa celebração³². Assim, é preciso que em cada caso seja os pais devem organizar as atividades que envolveram os filhos não-alfabetizados ou ainda com pouca consciência religiosa.

O culto doméstico não deve ser longo. Beeke, por exemplo, considera que um tempo entre 20-25 minutos diários é tempo suficiente, uma vez que um culto “muito longo deixa as crianças inquietas e pode provocá-las à ira”³³. A consequência disso é tornar desinteressante a experiência cristã.

- A. Oração Inicial: Reconhecendo a dependência humana de Deus e sua providência na vida. Invoca-se a presença do Deus trino para esse momento de culto. É interessante que todos os membros da família, que tenham discernimento, participem desse momento orando audivelmente. Em desejando, os pais podem aproveitar esse momento para ensinar os filhos a orarem, pedindo-os repitam as palavras da oração.
- B. Hino/Salmo: Estando em família, hinos e cânticos são mais fáceis de ser cantados que individualmente. No máximo dois hinos e/ou cânticos são o suficiente. Se não for uma opção cantar, seja por gosto ou falta de habilidade musical, recomenda-se a leitura de um Salmo, como no caso do culto individual.
- C. Leitura Bíblica: O texto bíblico pode ser escolhido pela família cultuante. As opções de escolha pode ser:
 - a. Leitura sequencial da Bíblia;
 - b. Leitura de texto sugerido por devocionário;
 - c. Leitura de texto sugerido por lição da Escola Dominical, geralmente oferecido aos membros em formato de revista;No caso da família ter crianças, os pais deverão instruir os seus filhos numa linguagem mais adequada à idade. Também é interessante nesse caso, que os pais adequem as aplicações aos seus filhos.
- D. Meditação: Sugere-se o uso de algumas perguntas bem simples para roteirizar esse momento:
 - a. *O que o texto está dizendo?* Buscando compreender as palavras do texto.

³² Joel Beeke sugere o seguinte para a leitura Bíblica: “Todo membro da família que sabe ler deve ter uma Bíblia para acompanhar. Defina o tom lendo as Escrituras com expressão, como o livro vivo e dinâmico que ele é. Atribua várias partes a serem lidas por sua esposa e seus filhos - incluindo crianças em idade pré-escolar que ainda não sabem ler. Coloque a criança de quatro anos no colo e sussurre algumas palavras de cada vez no ouvido da criança e peça à criança que as repita em voz alta. Um ou dois versículos “lidos” dessa maneira são suficientes para que um pré-escolar se sinta incluído na leitura da Bíblia da família. As crianças mais velhas podem ler quatro ou cinco versículos cada, ou você pode atribuir a leitura completa a uma criança por dia”. Cf. BEEKE, Family Worship, p.16,

³³ Ibid., p.14.

- b. *O que este texto me ensina?* Por essa pergunta, intenta-se encontrar a mensagem que é possível apreender da porção lida.
 - c. *Como posso aplicar essa mensagem a minha vida?* Essa última pergunta deve levar o crente a transformar o lido em algo factível na sua vida cotidiana.
- E. Oração Final: Nesta oração, o orante deve colocar diante de Deus (cf. 1Tm 2,1). Os pais devem conduzir esse momento, incluindo as súplicas, intercessões e ações de graça dos filhos. É importante que as crianças saibam que aquilo que as interessa deve ser apresentado diante de Deus.
- a. As súplicas: Por súplicas, deve-se entender todas as necessidades pessoas que envolvam a saúde, o bem-estar, o trabalho, a demandas familiares, os estudos e tudo mais que orante tem necessidade;
 - b. As intercessões: Nesse segundo momento, o orante deve interceder pelos seus amigos, família e Igreja. A intercessão pelos outros é uma forma que os cristãos têm de auxiliarem – ainda mais num tempo de reclusão e isolamento social – uns aos outros (Tg 5,16).
 - c. As ações de Graça: A gratidão a Deus faz parte da piedade cristã. Agradeça pelas bênçãos alcançadas, pela providência divina, pela vida, a alegria e a graça de Deus.
- F. Oração do Senhor: A Oração do Senhor ou Pai Nosso é a mais simples forma de oração que deve ser conhecida por todos os cristãos. É interessante que famílias que tenham crianças adotem esta oração como parte de sua devoção familiar.

Considerações finais

A Pandemia de COVID-19 tem levado a igreja a repensar e reorientar a sua dinâmica. Uma destas dinâmicas é o culto. E, esta não é uma questão menor para o presbiterianismo. Matthew Henry, sintetizou bem o lugar do culto na dinâmica presbiteriana, quando disse: “Religião é toda a razão da nossa vida, e o culto a Deus a razão da nossa religião”³⁴. Assim, o presbiterianismo não precisou se reinventar, mas de reavivar uma dinâmica sistematicamente ensinada e suportada por sua tradição teológica e pastoral.

Diante disso, percebe-se o valor do culto divino, de maneira especial, na espiritualidade presbiteriana. É muito mais que o desenvolvimento de um rito dentro de uma condição específica por sujeitos determinado e oficiais da religião. É a expressão da individual e coletiva de pessoas que fazem a experiência do encontro com Deus. Experiência que encontra na Palavra escrita o Verbo da Vida. Que na oração aprende a se sujeitar ao senhorio do Deus Triúno.

A compreensão presbiteriana do culto e a sua simplicidade celebração, como demonstrada nos modelos propostos aqui e para nossas comunidades, nos fazer perceber que a dinâmica do culto cristão não pode ser interrompida e nem precisa ser reinventada diante demandas inesperadas, porquanto, é prática e finalidade da vida cristã glorificar a Deus e alegrar-se nele sempre³⁵.

Referências

- ANGLADA, Paulo. *O Princípio Regulador no Culto*. São Paulo: Os Puritanos. 1977.
BAIRD, Charles W. *A Liturgia Reformada: Ensaio Histórico*. Santa Bárbara d’Oeste: SOCEP, 2001.
BECKMANN, J. *apud* VON ALLMEN, J.J. *O Culto Cristão*, 2.ed. São Paulo: ASTE, 2006.

³⁴ HENRY, Matthew *Apud*. ANGLADA. 1977, p.7

³⁵ CMW, Q-R, 1.

- BEEKE, Joel R. *Family Worship*. Grand Rapids: Reformation Heritage Books, 2002.
- BOND, Douglas. *A Poderosa fraqueza de John Knox*. São José dos Campos: Fiel, 2011.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Vida em Comunhão*, 4.ed. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- BRUCE, A.B. *O treinamento dos Doze*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- CALVIN, John. *Commentary on the Psalms*, vol.2. Albany: AGES Software, 1998
- _____, John. *Necessity of reforming the Church*. Albany: AGES Software. 1998
- CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol.4. São Paulo: Cultura Cristã.
- CALVINO, João. *Institutas da Religião Cristã*: edição de estudo. v. 4. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER (CFW), 17.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER (CMW). São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- DIRETÓRIO DE CULTO DE WESTMINSTER. São Paulo: Os Puritanos, 2016.
- DIXHOORN, Chad Van. *Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- HODGE, Charles. *The church and its polity*. London: Thomas Nelson, 1879.
- HODGE, Archibald Alexander. *A Confissão de Fé de Westminster Comentada*, 2ed. São Paulo: Os Puritanos, 1999.
- _____, Archibald Alexander. *Outlines of Theology*. New York: Robert Carter & Brothers, 1863.
- IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Princípios de Liturgia*. In: Manual Presbiteriano com notas remissivas. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*, 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002
- LUTERO, Martin. *Da Liberdade Cristã*. In: LUTERO, Martin. *Obras Seleccionadas*, vol.2. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal e Concordia, 1998.
- ODEN, Thomas. *Pastoral Theology: Essentials of ministry*. New York: Harper: San Francisco. 1983.
- SCHOKEL, Luis Alonso; CARNITI, Cecília. *Salmo II*. São Paulo: Paulus, 1998.
- SHEDD, Russel. *Adoração Bíblica*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- VON ALLMEN, J.J. *O Culto Cristão*, 2.ed. São Paulo: ASTE, 2006.